

POLÍTICAS E AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE: breves considerações sobre o dilema dano ambiental e competitividade na suinocultura

Andreza da Cruz¹

RESUMO

O presente artigo problematiza questões sobre a evolução da sociedade e a forma com que os recursos naturais estão sendo utilizados, tornando-se motivo de preocupação em diversos níveis e ambientes organizacionais. Entretanto, para o modelo econômico vigente, um dos grandes desafios é a manutenção da competitividade e ao mesmo tempo, a conscientização acerca da importância de gerir os recursos de forma sustentável. Diante deste cenário, os problemas ambientais refletem preocupações, em especial no setor do agronegócio da suinocultura, que possui resíduos poluente. Busca-se assim, por meio das políticas e ações a promoção de padrões sustentáveis de consumo e produção, no intuito de manter um equilíbrio ecológico e econômico.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Agronegócio; Suinocultura.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a qualidade ambiental do planeta, bem como evolução da sociedade e a maneira de como esta sociedade utiliza-se dos recursos naturais, é motivo de discussões e estudos nos mais diversos níveis organizacionais. Este ambiente, conforme Leff (2004), pode não ser apenas uma realidade não visível, mas sim uma confluência de processos, como os biológicos, simbólicos e físicos, por meio de ações econômicas, científicas e técnicas do homem e como estes processos são organizados e reconduzidos.

¹ Advogada e Administradora. Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico. Artigo derivado de trabalho final para a disciplina de Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/UNESC). E-mail: andrezadacruz@yahoo.com.br.

Neste sentido, surgem as políticas e ações como um mecanismo de solução de problemas, as quais o poder público planeja e implementa ações visando promover o desenvolvimento do país. Souza (2006) destaca que não existe um conceito pronto, e que elas repercutem na economia e nas sociedades, existindo assim inter-relação entre Estado, economia e sociedade. Corroborando Bucci (2002, p. 241) que as políticas públicas são como “programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Modificações decorrentes na contemporaneidade fizeram com que a sociedade que buscava produzir bens se tornasse uma sociedade que visaria consumi-los (SILVA, 2010), resultando na necessidade de ações visando essa nova temática e preocupação com o meio ambiente. Assim, um dos grandes desafios para as políticas públicas é o de promover padrões sustentáveis de consumo e produção.

O discurso sobre sustentabilidade não é uma questão atual, ela surgiu a partir de estudos no início da década de 1970, como forma de resposta a humanidade diante da crise ambiental e social do pós-guerra. Procurou-se conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social e com o respeito ao meio ambiente. (GONÇALVES, 2016). Por se tratar de um discurso que estava presente nos mais diversificados níveis organizacionais, conforme Montibeller-Filho (2007, p. 86), vários países, inclusive o Brasil, criaram legislação específica com o objetivo principal de regular e restringir a ação de atividades produtivas danosas ao meio ambiente”.

As atividades empresariais, anteriormente, preocupavam-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos (DONAIRE, 1999) entretanto, essas organizações perceberam que os problemas não se referiam apenas às questões econômicas, surgindo novos papéis a serem desempenhados, por conta do resultado das alterações que suas atividades proporcionavam ao ambiente em que operavam (DONAIRE, 1999). A redução de danos ambientais, tornando as atividades sustentáveis, pode ser percebida na diminuição dos custos com a eliminação de desperdícios, reciclagem de insumos, desenvolvendo tecnologias limpas e acessíveis que são alguns princípios da gestão ambiental podendo ser percebidos como condições de sobrevivência empresarial (ANDREOLI, 2001).

Contudo, manter o equilíbrio ecológico e econômico pode ser considerado o grande desafio das organizações, ou seja, manter-se no mercado com uma vantagem competitiva e produzir de forma sustentável. Evidentemente que nem todos os setores empresariais conscientizaram-se da importância de gerir de forma sustentável os recursos naturais.

Na visão de Camargo (2002, p. 24), “nosso modelo econômico de desenvolvimento modificou e aperfeiçoou em muitos aspectos a relação do ser humano com o seu meio ambiente, também provocou transformações dramáticas no ambiente natural”. Problemas ambientais como poluição das águas; poluição da atmosfera; degradação de florestas; danos à camada de ozônio; aquecimento global; erosão dos solos; desertificação; deterioração dos habitats das espécies; perda da biodiversidade; acúmulo de lixo tóxico; são frequentemente presenciados, em especial os resíduos referentes ao setor da suinocultura.

Com base neste contexto, estudos mostram que o setor de suinocultura, no estado de Santa Catarina, vem se consolidando como um dos maiores produtores e, conseqüentemente, exportadores em categoria mundial. A medida que o consumo mundial aumenta, o setor mostra-se mais desafiador (e ao mesmo tempo promissor) para os produtores catarinenses, tornando necessário o aprimoramento da cadeia produtiva para atender a demanda. Com o aumento desse segmento, o desenvolvimento socioeconômico poderá contribuir significativamente para seu crescimento dessa mesorregião. No entanto, esse aumento produtivo requer cautela, tendo em vista o poder degradante da atividade.

Diante da contextualização ora apresentada, surge a pergunta de pesquisa: Como as políticas e ações vêm se desenvolvendo como forma de mitigar problemas ambientais gerados no processo produtivo no setor da suinocultura?

A pesquisa terá como objetivo investigar a categoria desenvolvimento sustentável nas atividades suinícolas da Associação de Municípios da Região de Laguna (AMUREL) ², em uma ótica interdisciplinar. É por meio da interdisciplinaridade que se alcança uma visão aprofundada do tema pesquisado e o método de estudo utilizado. A interdisciplinaridade é uma fase de transição para uma nova disciplinaridade num nível qualitativo diferente. (PIMENTA, 2006, p.11). Assim,

² AMUREL - Associação de Municípios da Região de Laguna, foi fundada em 14 de agosto de 1970 e originou-se do desconforto das administrações municipais, especialmente as das pequenas cidades que defrontavam-se com imensas barreiras quando queriam ver ouvidas as suas reivindicações (AMUREL, 2016).

é importante o diálogo com outras áreas do conhecimento, no caso dessa abordagem a área da Economia (desenvolvimento, geração de empregos), na Administração (competitividade), na Ciência Social (políticas pública) buscando a compreensão do tema de forma satisfatória. Como o tema requer uma complexidade de ponto de vista, seja da economia, das ciências sociais, financeira, entre outras, é importante a análise por meio da interdisciplinaridade, pois se partir apenas de um ponto de vista, como por exemplo da economia, não alcançaria os objetivos propostos deste estudo.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para compreender a problemática ora apresentada, requer-se a análise de elementos interdisciplinares. Porém, a definição de interdisciplinaridade não é consensual, existindo abordagens distintas, entretanto, a escolha para o presente estudo está na conceituação de que a “interdisciplinaridade reside na capacidade de integrar modos de pensar de várias disciplinas para produzir um avanço ou salto do conhecimento a um patamar que seria impossível de ascender por meios disciplinares” (LEIS, 2011, p.107).

A importância desses estudos iniciou-se em 1999 no contexto da pós-graduação da CAPES, anteriormente chamado de área Multidisciplinar e a partir de 2008 com a nomenclatura como hoje conhecida. A interdisciplinaridade surgiu em decorrência da necessidade de dar conta de novos problemas, de diferentes naturezas e com níveis de complexidade crescentes, que emergem no mundo contemporâneo, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, baseados em uma construção do saber notadamente disciplinar (CAPES, 2016).

Logo, é possível constatar a partir das premissas da CAPES (2016) que o tema em estudo requer uma análise interdisciplinar, pois converge duas ou mais áreas de conhecimento, não pertencentes a mesma classe, como no caso as políticas públicas, sustentabilidade e competitividade, gerando assim novos conhecimentos ou disciplinas. Esta pesquisa, então, vai caracteriza-se por sua aplicabilidade no ambiente empírico, como uma pesquisa do tipo aplicada (LAKATOS e MARCONI, 2007), por abordar variáveis distintas sobre um mesmo objeto.

Com relação ao método adotado na pesquisa, será o dedutivo, que conforme Fernandez e Bêrni (2012, p. 48) “consiste na construção lógica de acordo com a qual, a partir de duas proposições chamadas premissas, extrai-se uma terceira, logicamente necessária, chamada de conclusão”. Para a investigação do problema proposto, o método de investigação é feito por meio de uma abordagem qualitativa, visando obter dados abertos em bibliografias e documentos locais que estudam o dilema da competitividade com o dano ambiental provocado pelas atividades da suinocultura.

Poupart (2008, p. 109) entende que “a pesquisa qualitativa pode servir de base para a implementação de novas estruturas que levem em conta a capacidade dos sujeitos de mobilizar uma diversidade de recursos de apoio e ajuda mútua”. Já para Rey (2005) a pesquisa qualitativa não requer definições instrumentais, trata-se de pesquisa teórica, com processos distintos de construção de conhecimento. Creswell (2010) corrobora destacando que a pesquisa qualitativa “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

Desse modo, Creswell (2010, p.210) aponta que “a investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados”, como também, para Richardson (1999, p.80) a pesquisa pode ser classificada como qualitativa pois denomina os estudos que “podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Diante disto, a finalidade aqui é identificar como ocorre a competitividade, tendo em vista a necessidade de desempenhar a atividade de forma sustentável e quais as políticas públicas voltadas para alcançar estes objetivos. Para isso, “a escolha da técnica a ser utilizada é baseada no problema da pesquisa, nas experiências pessoais e no público para quem se escreve” (CRESWELL, 2007, p. 40).

Do ponto de vista do objeto, a pesquisa será de caráter descritivo e exploratório, e como estratégia de pesquisa, utiliza-se a análise de conteúdo, que para Creswell (2010, p. 35) as estratégias da investigação “são os tipos de projetos ou modelos de métodos qualitativos, quantitativos e mistos que proporcionam uma

direção específica aos procedimentos em um projeto de pesquisa”. E, por fim, como técnica de pesquisa, empreende-se análise documental e bibliográfica.

Contudo, importa “adotar uma estrutura que oriente todas as facetas do estudo, desde a avaliação das ideias filosóficas gerais por trás da investigação até a coleta de dados detalhados e procedimentos de análise” (CRESWELL, 2007, p. 21) cabendo, assim, relacionar suas ideias com o que dispõe na literatura, por meio de técnicas de pesquisas, seja quantitativa, qualitativa ou mista (CRESWEL, 2010).

Isto posto, é importante essa sistematização para compreender, exemplificar e explicar com um olhar interdisciplinar sobre as políticas e ações voltadas a essa temática e como o setor pode manter-se competitivo em um mercado que exige sustentabilidade nas atividades, e esta por sua vez, altamente danosa ao meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, o estudo apresenta o tema da pesquisa, analisando as políticas e ações, sustentabilidade e a competitividade com ênfase na produção da atividade da suinocultura.

Políticas Públicas

Partindo do pressuposto que políticas públicas são ações ou instrumento de governo que visam o bem coletivo, percebe-se que na teoria não existe um conceito preestabelecido.

Para definição das políticas públicas a serem adotadas pelo Estado, faz-se necessário estabelecer previamente os objetivos prioritários, já que as políticas são instrumentos e, portanto, meios utilizados para se chegar a determinado fim (SILVA, 2010, p.21). Independente do ponto de partida de análise das referidas políticas, implica um olhar sobre questões como as pressões sociais, interesses de conflitantes, instituições, poder e intervenções, percebendo-se que as problemáticas ambientais têm sido objeto da agenda pública no momento de formular, implementar e gerenciar políticas públicas (SALHEB, 2009).

Assim, torna-se imprescindível uma visão holística em face a diversidade de áreas em que as políticas públicas podem ser aplicadas bem como a compreensão

do ciclo das políticas públicas, que se apresentam em vários estágios. Primeiro é a agenda, onde são selecionadas as prioridades, em seguida a formulação, sendo apresentadas soluções ou alternativas, depois a implementação, estágio da execução das políticas e por fim ocorre a avaliação, ou seja, ocorre a análise das ações tomadas.

No Brasil, as políticas públicas se desenvolvem em duas frentes: de natureza social e de natureza econômica, ambas se complementam e possuem finalidade em comum, qual seja, alavancar o desenvolvimento, melhorar a qualidade e condição de vida (APPIO, 2005). No caso das políticas públicas ambientais, conforme entendimento do autor supracitado se enquadra nas duas frentes apresentadas.

Salheb leciona que “as políticas públicas ambientais preconizam a primazia do crescimento econômico, condicionando a qualidade de vida aos indicadores de produção, padrões de consumo e valores utilitaristas associado ao uso ainda predatório dos recursos naturais” (2009, p. 24). Entretanto, no caso brasileiro, políticas voltadas para a preservação e conservação³ ambiental ocorreram por conta de pressões internacionais, haja vista que o país estava na fase que ficou conhecida como o “desenvolvimento a qualquer custo”, ou seja, a preocupação era apenas na produção sem se preocupar com os danos ambientais que estava causando. Os movimentos em prol de um novo olhar ao meio ambiente será abordado no próximo capítulo.

Um dos maiores exemplo de política pública que pode ser considerada a nível nacional é a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e recepcionada pela Constituição Federal de 1988 que trouxe a questão ambiental como um direito fundamental, cabendo tanto ao Poder público quanto a sociedade cuidados e proteção ao meio ambiente, mantendo-o equilibrado inclusive para as futuras gerações.

Efetivamente, muitas conquistas foram alcanças em forma de lei, contudo, por muitos anos os recursos naturais foram explorados sem critérios necessitando este “novo olhar” como já foi mencionado anteriormente, na busca de ações que serão materializadas por intermédio das políticas públicas.

³ Importa ressaltar que existe diferença entre as duas nomenclaturas. Preservação diz respeito a intocabilidade dos recursos e a conservação, diz respeito a racionalidade do uso dos recursos.

Sustentabilidade

Foi no ano de 1972 que a comunidade internacional se reuniu para discutir o meio ambiente e as necessidades de desenvolvimento (SEQUINEL, 2002) na Conferência das Nações Unidas⁴ em Estocolmo, gerando uma tendência mundial e levando à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), trazendo um novo olhar para essas questões. Porém, o grande marco para o desenvolvimento sustentável foi, sem dúvidas a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992 (a Rio 92), onde foi aprovada uma série de documentos importantes, entre eles a agenda 21⁵. (CATALISA, 2016).

A categoria desenvolvimento sustentável será abordada com base em discussões nas mais diversas áreas do conhecimento, partindo do estudo dos autores e organizações como CMMMA (1987), Braun (2001), Leff (2006), Montibeller-Filho (2007) e Catalisa (2016), buscando uma visão sobre a questão ambiental, em especial na suinocultura, objeto desse estudo.

Preliminarmente, importa ressaltar que em meados do século passado a economia era vista como uma vilã do meio ambiente, na qual se ocorresse a preservação não haveria desenvolvimento, até chegar à construção do novo paradigma do desenvolvimento sustentável. (MONTIBELLER-FILHO, 2007).

Neste sentido, destaca Leff (2006, p. 236) que:

A reivindicação da qualidade de vida no debate ambiental vai mais além da percepção economicista sobre a produção e administração do ócio e do tempo livre. O desenvolvimento sustentável não apenas está guiado pela racionalidade do equilíbrio ecológico, mas pela “finalidade” do prazer e do gozo, o que dá maior complexidade ao significado da produção e do consumo. O bem-estar, devorado pelo desejo, não se esgota nem na

⁴ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, e, atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano. Disponível em: <<http://onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2016.

⁵ A Rio 92, trata-se de um plano de ação para orientar a transformação desenvolvimentista, identificando, em 40 capítulos, 115 áreas de ação prioritária. Foi apresentada como um dos principais fundamentos da sustentabilidade o fortalecimento da democracia e da cidadania, através dos indivíduos no processo de desenvolvimento, combinando idéias de ética, justiça, participação, democracia e satisfação de necessidades. Disponível em: <<http://onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2016.

acumulação de bens nem na frugalidade do consumo, mas sim na qualidade de vida derivada de processos de significação cultural e sentidos subjetivos do valor da vida.

Embora a temática não seja recente, ainda se demonstra pouco consensual, porém esta ausência não torna o conceito inútil, mas significa que conceituar requer cautela e atenção (SCHEEFFER, 2016). Diversas concepções foram utilizadas para conceituar, entretanto foi após a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, que ganhou alguma forma. Conforme a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), neste relatório “desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas” (1987, p. 8).

Assim, desenvolver de forma sustentável é o não comprometimento do necessário para as próximas gerações, necessitando ir além da condição econômica ou social. (BRAUN, 2001). Para Montibeller-Filho (2007) o desenvolvimento sustentável é uma melhoria nas condições econômicas e também sociais, sem que haja com isso comprometimento do meio ambiente, implicando assim uma expansão econômica para melhorar as condições sociais, garantindo a sustentabilidade ambiental. Já, conforme Catalisa (2016, p. 01), o desenvolvimento sustentável pode ser definido por "um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades".

Segundo esta concepção, começa a se formar e difundir junto com o questionamento do estilo de desenvolvimento adotado, quando se constata que este é ecologicamente predatório na utilização dos recursos naturais, socialmente perverso com geração de pobreza e extrema desigualdade social, politicamente injusto com concentração e abuso de poder, culturalmente alienado em relação aos seus próprios valores e eticamente censurável no respeito aos direitos humanos e aos das demais espécies (CATALISA, 2016).

A proteção ambiental no sistema jurídico brasileiro teve início na década de 80, com o advento da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/81), conforme Ferreira "a importância discursiva da questão ambiental traduziu-se numa legislação comparativamente avançada, porém, os comportamentos individuais

estão muito aquém da consciência ambiental presente no discurso" (1998, p. 107), ou seja, se reconheceu juridicamente o meio ambiente como um direito próprio e autônomo.

Na Constituição Federal de 1988, o caput do art. 225 expressa que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Esse dever deve estar inserido em diversas situações que envolvem desde as atividades do cotidiano até a elaboração de normas e de políticas públicas (Souza, 2015). Tornou-se, em fim, o Direito Ambiental uma ciência autônoma no ordenamento jurídico brasileiro.

Competitividade e dano ambiental: breves considerações para o setor da suinocultura.

A competitividade é algo inerente as organizações. Coutinho e Ferraz (1995, p. 18) apontam que competitividade trata-se da “[...] capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”, para Muller (1999, p. 24) é o “[...] conjunto de habilidades e de condições requeridas para o exercício da concorrência” e por fim Jank e Nassar (2000, p. 140) compreendem que se trata da “capacidade sustentável de sobreviver e, de preferencia, crescer nos mercados concorrentes ou em novos mercados”.

Em linhas gerais, competitividade é a capacidade da firma em implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar sua posição no mercado (GIANEZINI, 2013, p. 17-18).

A abertura econômica experimentada no mercado internacional (e mesmo no nacional), bem como as crises que atingiram o setor de carnes devidos aos altos custos dos insumos, colocaram a atividade de suinocultura em destaque, fazendo com que o setor se reestruturasse objetivando uma maior competitividade e menores custos de produção. Portanto, tal aprimoramento mencionado vai além do processo produtivo, pois precisa envolver políticas que aliem a competitividade com a sustentabilidade e geração de empregos, afim de contribuir no desenvolvimento socioeconômico nas localidades produtoras de suínos.

Assim, por conta do crescimento do setor e o aumento do consumo da carne suína, estratégias devem ser adotadas pelos produtores e exportadores, para que sejam cada vez mais competitivos no mercado mundial em que se apresentam. Para Porter (1999, p. 46) “as empresas devem ser flexíveis para reagir com rapidez às mudanças competitivas e de mercado”.

No ambiente empresarial, o setor da pecuária precisa acompanhar o mercado e suas modificações. Neste cenário, a sua sobrevivência está intimamente ligada às estratégias utilizadas como vantagem competitiva que cada setor utilizará. Estratégia, em linhas gerais, pode ser compreendida como a criação de uma posição vantajosa, com exclusividade, que envolve diferentes atividades, ou seja, a essência da estratégia é de modo geral a escolha do que não fazer, é vista como excludente das opções apresentadas (PORTER, 1999). Seguindo entendimento, a estratégia competitiva visa estabelecer uma posição lucrativa e sustentável versus as forças que determinam a competição industrial. (PORTER, 1999).

A posição sustentável abordada por Porter (1999) encontra aplicabilidade nos mais diversos seguimentos, seja no setor econômico, social e principalmente na questão ambiental. O estudo sobre a sustentabilidade no setor da suinocultura requer cautela, conforme Diesel et al. (2002) e é uma atividade com alto potencial poluidor por conta dos resíduos gerados. A poluição que ocorre pela maneira inadequada no manejo dos dejetos suínos é motivo de preocupação, seja por exigência do mercado, que postula maior consciência ambiental dos produtores por exigência das entidades fiscalizadoras, ou pelo apelo da sociedade em geral.

O Brasil possui vantagens para ocupar a posição de destaque no setor, em especial a mesorregião Sul catarinense (AMUREL), que tem características como solo e clima, qualidade da matéria-prima, baixo custo de produção, ausência de doenças já disseminadas em outros países produtores e menor existência de problemas ambientais se comparados com alguns países europeus. (MACHADO, 2001). Com o agronegócio em plena expansão, dados do IBGE apontam que o Estado de Santa Catarina possui 24% do total de cabeças, ou seja, 9,15 milhões, a distribuição territorial da produção suinícola está presente principalmente nas regiões do extremo oeste e extremo sul do estado (IBGE 2015).

Embora, a Associação Catarinense de Criadores de Suínos relata que este seguimento foi responsável pela o crescimento e modernização do setor industrial de Santa Catarina desde a década de 1940, conseqüentemente aumentou a

arrecadação e promoveu o crescimento de grandes estabelecimentos agroindustriais (ACCS, 2009), a realidade ambiental não está acompanhando as perspectivas de crescimento do setor.

Em que pese o cenário propício para o desenvolvimento social, ambiental ou econômico no seguimento da suinocultura, políticas públicas de incentivos aos produtores, representam um papel de fundamental importância, onde elas serão capazes de gerar benefícios para toda a cadeia, desde o produtor até o consumidor final, na busca de um desenvolvimento sustentável. Assim, Perdomo e Lima (1998) destacam que devido ao potencial risco ambiental que envolve a atividade, gerando impactos tanto no solo, água e ar e que traz como consequência a contaminação na agricultura, nas bacias hidrográficas, proliferação de insetos entre outras, exige-se medidas de conservação ambiental.

Corroborando Cavalcanti (1994) com relação a sustentabilidade que:

É uma forma de exprimir a noção de desenvolvimento econômico como fenômeno cercado por certas limitações físicas que ao homem não é dado elidir. Isto equivale a dizer que existe uma combinação suportável de recursos para realização do processo econômico, a qual pressupõe que os ecossistemas operam dentro de uma amplitude capaz de conciliar condições econômicas e ambientais.

Vale ressaltar que o desenvolvimento obtido até a década de 80, seja no agropecuário como agroindustrial, teve a participação efetiva do Estado, por meio da liberação de recursos subsidiados, assistência técnica e extensão rural participativa e gratuita. Porém, após este período, com ênfase na década de 90, diversos fatores ocorreram, provocando uma crise social e econômica. Esta realidade contribuiu para uma maior exploração dos recursos e assim agravando a situação ambiental (Silva, 2000).

Por fim, ainda como resultado da pesquisa bibliográfica, estão sintetizados na figura a seguir (Fig. 1), por meio da técnica wordcloud, os principais termos (mais recorrentes) nos estudos e discussões acerca do objeto pesquisado.

Figura 1 – Termos da pesquisa apresentados pela técnica de nuvem de Palavras



Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, sugere-se um estudo mais aprofundado sobre a temática, pois a proposta desta pesquisa terá inicialmente como objeto, investigar como as políticas públicas vem se desenvolvendo como forma de mitigar problemas ambientais gerados no processo produtivo no setor da suinocultura. Este setor é de grande relevância para a economia regional, com relação à geração de empregos, estima-se que o setor gere entre 25 mil empregos diretos e 120 mil indiretos, fazendo com que haja uma valorização do trabalhador e consequentemente um aumento de renda nos locais onde situam-se os maiores produtores (Suinocultura industrial 2013), significando aumento de renda que contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico da região analisada.

Atuando por meio de políticas e ações eficazes na conservação ou preservação e consequentemente evitando o dano ambiental, mantendo um meio ambiente sadio e de qualidade para as futuras gerações, conforme determinação constitucional, esse é o desafio. Neste contexto, a participação da sociedade civil é de extrema importância, fazendo com que os produtores tomem consciência de que ao produzir causando dano ambiental, seu produto ou serviço estará perdendo a credibilidade perante outro produtor que desenvolve respeitando e produzindo de forma sustentável. Em que pese, ser obrigação do Estado a promoção e instituição

de políticas públicas, neste caso, as ambientais, percebe-se que não ocorre efetivamente ação com essa visão.

Por fim, o que se deve buscar o setor da suinocultura, com olhar nas gerações futuras, é agregar valor econômico ao produto aliado à redução e otimização no consumo dos recursos naturais, produzindo de forma sustentável. A priori esta maneira parece trazer algumas entraves com relação ao viés econômico, entretanto, percebe-se que existem diversas maneira de ser competitivo neste mercado sem causar dano ambiental, transformando assim a sustentabilidade o diferencial no mercado em que se apresenta.

REFERÊNCIAS

ACCS. Associação Catarinense de Criadores de Suínos. Disponível em: <http://www.accs.org.br/arquivos_internos/index.php?abrir=frente_parlamentar> Acesso em 02 de abr. de 2016.

AMUREL. Associação de Municípios da Região de Laguna. Disponível em: <<http://amurel.org.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/44524>>. Acesso em 02 de abr. de 2016.

ANDREOLI, C.V. **Gestão Ambiental**. Gestão Empresarial, p. 61-70, 2001.

APPIO, Eduardo. **Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil**. Curitiba. Juruá, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso 20 de mai. de 2016.

BRAUN, R. **Desenvolvimento ao ponto sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMARGO, A.L. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82981/182356.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Org.). **Documento de área**. 2009. CAPES. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf>. Acesso em: 26 de mai. 2016.

CATALISA. **O conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.catalisa.org.br/site/recursos/textoteca/30>. Acesso em: 20 mai. 2016.

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco,

Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994.

CMMAD. Comissão mundial de meio ambiente e desenvolvimento. **Relatório Brundtland**: nosso futuro comum. Disponível em: <<http://www.cmqv.org/website/artigo.asp?cod=1461&idi=1&moe=212&id=17074>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos (Coord.). **Estudos da competitividade da indústria brasileira**. 3. ed. Campinas: Papyrus, Ed. Da UNICAMP, 1995.

CRESWEL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos quantitativos, qualitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRESWEL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos quantitativos, qualitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2010. 3ed.

DIESEL, Roberto et al.: **Coletânea de tecnologias sobre dejetos suínos**. Boletim informativo BIPERS no 14, 31p., agosto 2002. Disponível em: <<http://docsagencia.cnptia.embrapa.br/suino/bipers/bipers14.pdf>>. Acesso em 22 mai. 2016.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERNANDEZ, B.P.M.; BÊRNI, D. A. Os métodos da Ciência. In: BÊRNI, Duilio de Avila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno. (orgs) **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro, 2002-2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 02 de mar. 2016.

GIANEZINI, Miguelangelo et al.: Competitividade, Capacidade de Inovação e Desenvolvimento Regional: inter-relações no contexto do agronegócio suinícola no oeste de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional** · Ano XV, nº 27, June 2013.

GONÇALVES, D.B. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio da presente geração. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

JANK, Marcos Sawaya; NASSAR, André Meloni. **Competitividade e globalização**. In.: Zylbersztajn; David; NEVES, Marcos Fava (Org). Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000. P. 137-163.

LAKARTOS, E.M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LEIS, Héctor Ricardo. **Especificidades e Desafios da Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas**. (In) PHILIPPI JR, A.; SILVA NETO, A. J. DA Interdisciplinaridade em Ciências, Tecnologia & Inovação. Barueri: Manole, 2011.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Trad. de Luiz Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, J. A. **Qualidade como requisito de competitividade**. In. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL VIRTUAL SOBRE QUALIDADE DE CARNE SUÍNA, 2., 2001- Disponível em: <http://www.conferencia.uncnet.br/pork/seg/pal/anais01p2_machado_pt.pdf> Acesso em 22 mai. de 2016.

MONTIBELLER FILHO, G. **Empresas, desenvolvimento e ambiente**: diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade. Barueri: Manole, 2007.

MONTIBELLER FILHO, G. Crescimento econômico e sustentabilidade. **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia, v.19 (1): 81-89, jun. 2007.

MULLER, Geraldo. **A competitividade como um caleidoscópio**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-32, jan./mar. 1994.

PERDOMO, C. C.; LIMA, G. J. M. M. Considerações sobre a questão dos dejetos e o meio ambiente. In: SOBESTIANSKY, J. ; WENTZ, I.; SILVEIRA, P. R. S.; SESTI, L. **Suinocultura intensiva**: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: Embrapa, 1998. cap. 11, p.221-235.

PIMENTA, C. **Interdisciplinaridade e Universidade**: tópicos de interpretação e ação. Comunicação na conferência Multi/Inter-culturalismo e Educação DEPER-FLUP, Porto, 2006.

PORTER. MICHEL E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa**: enfoque epistemológico e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALHEB, G.J.M et al.; **Políticas Públicas e Meio Ambiente**: Reflexões e Preliminares. S/D. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/57/v1n1Gleudson.pdf>. Acesso em: 26 de mai. 2016.

SCHEEFFER, Fernando. **Desenvolvimento Sustentável e Modernidade**: uma incompatibilidade anunciada. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema1-Desenvolvimento%20Meio%20Ambiente/Artigo-3-Autoria.pdf. Acesso em: 21 mai. 2016.

SEQUINEL, M. C. M. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - Joanesburgo**: entre o sonho e o possível. *Análise Conjuntural*, [S.l.], v. 24, n. 11-12, p. 12-15, nov./dez. 2002. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/bol_ana_conjuntural/bol_24_6e.pdf. Acesso em: 20 mai. 2016.

SILVA, A. P. **Diagnostico Sócio, Econômico e Ambiental**: aspectos sobre a sustentabilidade Ambiental da Bacia Hidrográfica dos Fragosos, Concórdia/SC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78167>. Acesso em 18/05/2016.

SILVA, Leonardo Xavier da (Org). **Estado e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2010. (Educação a Distância, 10).

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da Silva. **Políticas Públicas e Sustentabilidade:** desafios para uma abordagem em educação ambiental. 48 Ano XIII — v. 25, n. 1/2010. Pensamento & Realidade. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração - FEA. ISSN 2237-4418

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, L.R. **Racionalidade comunicativo-ambiental:** o procedimento e o conteúdo da democracia deliberativa voltada à proteção do meio ambiente. Os saberes ambientais, sustentabilidade e olhar jurídico: visitando a obra de Enrique Leff / (Org.) Belinda Pereira da Cunha ... [et al.]. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2015.

SUINOCULTURA INDUSTRIAL. **Restrições ambientais: desafios e oportunidades.** Disponível em:
<http://www.suinoculturaindustrial.com.br/portalgessuli/website/noticias/restricoes-ambientais-desafios-e-oportunidades,29773,20081118094040_M_122.aspx>.
Acesso em: 02 de abril de 2016.